

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 07/08/2019

- [Plenário aprova criação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento](#)
- ['Bem do Rio' - artista retrata história de crianças que têm 'infâncias roubadas'](#)
- [Projeto leva alegria a crianças vítimas de abuso sexual](#)
- [TJPB promoverá curso sobre depoimento especial para servidores da Região Metropolitana da Capital](#)
- [Magistrado compartilha experiência gaúcha na aplicação de Medidas Socioeducativas](#)
- [Jovens do Cenip Santa Luzia participam de palestra sobre violência contra a mulher](#)

Assunto: Plenário aprova criação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

Fonte: CNJ

Data: 07/08/2019



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, durante sua 294ª sessão ordinária, nesta terça-feira (6/8), minuta de resolução que dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Segundo o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, a plataforma vai consolidar os dados fornecidos pelos tribunais, aprimorando os bancos de dados, cadastros e sistemas referentes à adoção e acolhimento de crianças e adolescentes. O SNA deve ser lançado oficialmente em 15 de agosto.

A medida foi aclamada pelo conselheiro Luciano Frota, que ressaltou a importância da resolução para a adoção no Brasil. Mesmo assim, ele sugeriu que sejam feitos novos estudos para normatizar as campanhas de incentivo à adoção, a fim de evitar problemas com iniciativas que “extrapolam o direito das crianças”.

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, lembrou que o novo sistema coloca a criança como sujeito principal do processo. Ele explicou que o SNA foi desenvolvido com base em sistema utilizado pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e integrou os cadastros Nacionais de Adoção (CNA) e de Crianças Acolhidas (CNCA).

Consolidação de dados

A minuta da Resolução define que o CNJ implantará o SNA com o objetivo de consolidar dados fornecidos pelos Tribunais de Justiça referentes ao acolhimento, à adoção, e quanto aos pretendentes nacionais e estrangeiros habilitados à adoção. Os pedidos feitos por pretendentes residentes no exterior, aliás, serão de responsabilidade dos tribunais, que deverão dispor de condições técnicas, operacionais e de pessoal para receber e dar andamento aos pedidos.

De acordo com o texto, o CNJ prestará apoio técnico às cortes. As corregedorias ou as coordenadorias das infância e juventude serão responsáveis por alimentar o sistema, cadastrar e liberar o acesso aos usuários.

A medida também prevê que os tribunais devem dar ampla publicidade sobre as funcionalidades do SNA, conforme o definido no Anexo II da Resolução, que trata dos trâmites da habilitação para a adoção e da vinculação entre as crianças e os pretendentes.

Há 11 anos, o CNJ criou o primeiro Cadastro Nacional de Adoção, que vem sendo atualizado periodicamente. Atualmente, há mais de 9.600 crianças cadastradas e mais de 46 mil famílias nacionais e 233 estrangeiras habilitadas à adoção.

Assunto: ‘Bem do Rio’ - artista retrata história de crianças que têm ‘infâncias roubadas’

Fonte: Portal G1

Data: 07/08/2019



Os bonecos de que o artista visual Bruno Dante cria não são de contos de fadas. As histórias, muitas vezes reais, são de vítimas da violência e de violações ao direito de ser criança.

Uma bala perdida deu origem à série “Infâncias roubadas”. “A beleza da escultura, para mim, representa um pouco da beleza do que é ser uma criança. Aí de repente tem um tiro no meio. O que você faz com isso? ”, indaga Dante.

Bruno Dante, criado em Realengo, é o quinto personagem da série “Bem do Rio”. Em reportagens especiais, o G1 mostra a história de cariocas – da gema ou de alma – que nutrem uma relação especial com a cidade.

Bruno acredita que sua forma de se posicionar no mundo é questionar e transformar isso em arte.



‘Eu desandei’

O tiro a que o artista se refere foi o que matou o estudante Marcus Vinícius, de 14 anos, atingido a caminho da escola durante uma operação policial na Maré.

“Comecei a pintar, coloquei o uniforme. Aí, quando coloquei o tiro, eu desandei. Não aguentava olhar muito, parecia que tinha algo personificado”, recorda Dante.

“A partir disso, ele me impulsionou a me expressar sobre todas essas crianças. Como a criança vivencia isso? Como ela é jogada nesse lugar? É uma expressão estética, quem sente é quem está lá”, explica.

Outros trabalhos de Bruno representam crianças que são inseridas no trabalho escravo ou indígenas que tem as terras em risco.

Para ele, as histórias de pessoas não conhecidas são as mais fascinantes.

“São pessoas que estão movimentando a cidade. Crianças que estão vendendo bala no sinal, a mulher que pega todo dia aquele ônibus lotado e vai para o trabalho. Eu fico pensando o que passa na cabeça dessa pessoa. Que expressão é essa que me diz tanta coisa? Eu tento interpretar isso a partir do que eu sinto”, detalha.

Subúrbio como inspiração

Bruno conta que era “um pouco inconformado” de viver em Realengo. “Mas isso foi desconstruindo na minha cabeça, porque me permitiu um outro olhar sobre a cidade”, admite.

“Até hoje eu tenho a minha família lá e volto sempre, principalmente em momentos que eu tenho que resgatar algumas coisas sobre eu mesmo. Me sinto privilegiado de conhecer o Rio como um todo”, diz.

“Cresci em Realengo e, de alguma maneira, viver no subúrbio era como sentir a distância das coisas que aconteciam pela Zona Sul e do Centro. Vejo um reflexo em quem eu sou hoje, eu como artista”.

Bruno diz estar o tempo todo dialogando com o Rio. “A cidade pede para ser olhada. Busco histórias, observando. A partir de um rosto que eu vejo. E aquele rosto me traduz muita coisa. Fico pensando: ‘O que passa na cabeça dessa pessoa?’ ”, questiona.

Assunto: Projeto leva alegria a crianças vítimas de abuso sexual

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 07/08/2019



O Setor de Atendimento de Crimes de Violência contra Infante, Idoso, Pessoas com Deficiência e Vítima de Tráfico Interno de Pessoas (Sanctvs), localizado no Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda, está implantando uma proposta com o objetivo de humanizar o ambiente no setor, em especial dos depoimentos das vítimas de abuso sexual.

A iniciativa surgiu a partir do contato entre a juíza Tatiane Moreira Lima e as atrizes Roberta Calza (atriz há 25 anos e há 20 como palhaça em hospitais) e Soraya Suri Saide (atriz há 40 anos e há 30 como palhaça em hospitais). Algumas reuniões e trocas de experiências entre a magistrada e elas resultaram na viabilização do projeto “Palhaços em Juízo”. As atrizes trouxeram a experiência de integrar um grupo que há mais de duas décadas transmite alegria na área da saúde, levando bem estar a crianças enfermas em hospitais espalhados pelo país.

Esta não foi a primeira ação da magistrada, que conta com o apoio do Complexo Judiciário e seu diretor, juiz Paulo Eduardo de Almeida Sorci. Por exemplo, um cão da raça golden retriever foi levado ao fórum para confortar antes das audiências as crianças vítimas de abuso sexual ou estupro de vulnerável.

Nesta segunda-feira (5), Roberta e Soraya, já vestidas como palhaças, foram apresentadas ao diretor do fórum e a funcionários, advogados, promotores, juízes e público em geral. Imediatamente após o primeiro contato com as artistas, o semblante sério daqueles que trabalham diariamente no local ou estão de passagem dá lugar ao sorriso. O mesmo efeito se dá também com todas as crianças e adolescentes que aguardam em uma sala especial para prestar seus depoimentos em audiência. Em razão da iniciativa as vítimas entram na audiência com as mentes mais leves e, de certa forma, distantes dos problemas que as trouxeram até o fórum.

“A manifestação artística traz esse mundo fictício, sensível e lúdico para receber as crianças”, dizem as artistas. A juíza Tatiane Moreira Lima destaca que possíveis resistências à implantação do projeto são quebradas com os resultados obtidos. “Se o fórum não é lugar de palhaço, também não é lugar de criança”, completa.

Assunto: TJPB promoverá curso sobre depoimento especial para servidores da Região Metropolitana da Capital

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 07/08/2019



O Tribunal de Justiça da Paraíba vai promover, neste segundo semestre, curso básico de coleta de depoimento especial de criança e adolescente vítima ou testemunha de crimes sexuais. A formação, no primeiro momento, será destinada para servidores das unidades judiciárias da Região Metropolitana de João Pessoa e busca capacitar um maior número de profissionais para tomada desses depoimentos, conforme disciplina a Lei nº 13.431/2017.

A realização do treinamento foi debatida, na manhã desta terça-feira (6), pelo presidente do Judiciário estadual, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, com os juízes auxiliares da Presidência Gustavo Procópio, Meales Melo e Rodrigo Marques, além do coordenador estadual da Infância e da Juventude do TJPB, juiz Adhailton Lacet Correia Porto e os juízes diretores dos fóruns da Região Metropolitana da Capital: Carlos Sarmento (Cível), Adílson Fabrício (Criminal), Manoel de Abrantes (Mangabeira), Giovanna Lisboa (Cabedelo), Lilian Cananéa (Santa Rita) e Francisco Antunes (Bayeux).

De acordo com o juiz Adhailton Lacet, em virtude de existir apenas uma equipe multidisciplinar, que atende todas as Comarcas, há uma preocupação do Tribunal de Justiça em ampliar o quadro de entrevistadores para atender a demanda. O curso ocorrerá, inicialmente, na Capital e, posteriormente, nas seis circunscrições de todo o Estado.

"Enviaremos ofícios aos diretores dos fóruns e aos juízes para que indiquem servidores, que tenham perfil mais adequado para esse tipo de depoimento, a fim de que possamos capacitá-los", disse o coordenador estadual da Infância e da Juventude do TJPB.

No ano passado, esse curso foi promovido na Escola Superior da Magistratura (Esma) para profissionais que compõem a equipe multidisciplinar do Judiciário estadual, do Ministério Público, da Universidade Federal da Paraíba e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

Depoimento Especial - Desde 2010, o TJPB vem cumprindo o Depoimento Especial, anteriormente denominado depoimento sem dano. A criança ou adolescente vítima ou testemunha de algum crime, após o depoimento, que será instruído nos autos, recebe acompanhamento da rede de proteção integral, Centros de Referência à Assistência Social locais, psicologia, psiquiatria, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda conforme o magistrado Adhailton Lacet, abusos e exploração sexual ainda são os principais crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Entretanto, os crimes digitais se avolumam na realidade infantil, por meio do compartilhamento de fotos (armazenamento e divulgação entre pedófilos), que pode resultar em aliciamento.

Assunto: Magistrado compartilha experiência gaúcha na aplicação de Medidas Socioeducativas

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 07/08/2019



O magistrado Charles Maciel Bittencourt, diretor da AJURIS e juiz de Direito do 3º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, foi um dos palestrantes do curso *Aprendizagem para Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas*, realizado nos dias 5 e 6 de agosto, na capital. O encontro reuniu os principais nomes da área no país para compartilhar experiências e disseminar as boas práticas de aprendizagem profissional para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e em situação de acolhimento institucional.

Durante a sua fala, na terça-feira (6/8), o magistrado abordou a rotina das audiências que definem a medida, assim como o processo de acompanhamento da execução da medida. “A Aprendizagem, junto com a educação, é o grande caminho. É preciso, cada vez mais, qualificarmos a educação e principalmente torná-la atrativa. Ela precisa ser redesenhada, precisa deixar de ser excludora, como muitas vezes vem sendo”, destacou Bittencourt.

Intitulada *A Interface do Poder Judiciário com relação ao Programa POD Socioeducativo e a Aprendizagem*, a participação do magistrado também destacou a experiência com o Programa de Oportunidades e Direitos (POD), do governo estadual. Como explicou Bittencourt, o projeto tem como finalidade oferecer possibilidades de inclusão social, desenvolvimento socioeducacional, profissional e psicológico para jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e egressos da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE). “Trabalha-se de forma sistêmica na prevenção da violência entre jovens, com o objetivo de reduzir a taxa de reincidência juvenil por meio da formação educacional para o trabalho”, explicou.

Como forma de ampliar os espaços de profissionalização desses jovens, o diretor da AJURIS se comprometeu em buscar apoio do Tribunal de Justiça (TJRS) para abrir vagas de estágio aprendizagem no Poder Judiciário. O magistrado também propôs a criação de um **Conselho Interinstitucional do RS para a Aprendizagem** com o objetivo de unir esforços em torno do tema, permitindo trocar experiências e avançar no combate a reincidência na prática de delitos pelos jovens atendidos, bem como aprimorar o conhecimento sobre as rotinas de fiscalização e de aplicação de medidas.

Criando Juízo

Outro destaque do evento foi a apresentação da experiência com projeto *Criando Juízo*, realizado no Rio de Janeiro (RJ). A iniciativa, coordenada pela Comissão Interinstitucional no Rio de Janeiro para a Aprendizagem (CIERJA), é fruto de um acordo de cooperação entre diversos órgãos Públicos. “Nosso objetivo é possibilitar para esse adolescente uma oportunidade e uma alternativa de mudança de vida, porque a gente sabe que ninguém fizer

nada, seguramente ele vai parar no crime”, explicou a procuradora do Trabalho Dulce Martini Torzecki, que também é a coordenadora pedagógica do curso realizado em Porto Alegre.

Para conhecer o projeto e os programas desenvolvidos na capital carioca, acesse o site do Tribunal de Justiça do RJ (TJRJ).

Construção da cidadania

Com o objetivo aproximar instituições, o evento reuniu especialistas, servidores públicos e agentes interessados no tema de diversos estados do país com o objetivo de ampliar a articulação em torno da profissionalização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. “Esse é um aspecto bastante importante para conseguir com que esses jovens ocupem um espaço dentro da sociedade que não seja um espaço do ato infracional, mas sim um espaço de dignidade e de construção de cidadania”, destacou a procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT/RS), Patrícia de Mello Sanfelice. Segundo Patrícia, que também é coordenadora Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (COORDINFÂNCIA), o próprio combate ao trabalho Infantil e a efetivação da Aprendizagem só conseguem ser efetivos quando realizados em rede. “Essa aproximação tende a trazer bons frutos, tanto pro Rio Grande do Sul, que está sendo esse espaço mais aproximado de articulação, como para os outros estados que estão aqui representados por diferentes profissionais e que vão poder levar essas experiências para suas regiões e unir esforços para resolver os problemas que eventualmente se apresentam”.

O evento foi realizado no Centro de Apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), localizado nas dependências da Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4), em Porto Alegre (RS).

Assunto: Jovens do Cenip Santa Luzia participam de palestra sobre violência contra a mulher

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 07/08/2019



Dez adolescentes do Centro de Internação Provisória (Cenip) Santa Luzia, unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) que atende o público feminino, participaram de uma palestra sobre violência contra a mulher. A ação foi realizada por meio de uma articulação com a Prefeitura do Recife. A atividade, que fez alusão ao aniversário da sanção da Lei Maria da Penha e ao Agosto Lilás, mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, inseriu socioeducandas e funcionários da instituição.

Além de ouvir com atenção o que foi repassado na ação, as jovens puderam expor a sua opinião e o ponto de vista sobre o assunto. Na ocasião, as socioeducandas assistiram vídeos e receberam panfletos com orientações sobre serviços e espaços de referência na prevenção e no atendimento a vítimas de violência contra a mulher, como os Centros Comunitários da Paz (Compaz).

Para a coordenadora geral do Cenip Santa Luzia, Maria do Socorro Dantas, o destaque da ação foi o envolvimento efetivo das socioeducandas com a temática. “A atividade foi muito positiva. As meninas puderam ver os meios que elas podem utilizar para o cuidado e o encaminhamento da pessoa que foi vítima da violência. Isso foi muito relevante”, ressaltou.